

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	7
DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	15
DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	52
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	55

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.100
Preferenciais	0
Total	7.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	15.180	15.078
1.01	Ativo Circulante	2	2
1.01.06	Tributos a Recuperar	2	2
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2	2
1.02	Ativo Não Circulante	15.178	15.076
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.178	15.076
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	5.777	5.777
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	5.777	5.777
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9.401	9.299
1.02.01.10.03	Outros Ativos	9.399	9.298
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	2	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	15.180	15.078
2.01	Passivo Circulante	444	447
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	146	146
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	146	146
2.01.01.02.01	Salários a Pagar e Provisões	146	146
2.01.02	Fornecedores	264	264
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	264	264
2.01.03	Obrigações Fiscais	34	37
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	34	37
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2	4
2.01.03.01.03	Parcelamentos	32	33
2.02	Passivo Não Circulante	383.302	389.970
2.02.02	Outras Obrigações	24.056	22.751
2.02.02.02	Outros	24.056	22.751
2.02.02.02.04	Partes Relacionadas	23.829	22.519
2.02.02.02.06	Parcelamentos	227	232
2.02.04	Provisões	359.246	367.219
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	580	531
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	580	531
2.02.04.02	Outras Provisões	358.666	366.688
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimentos	358.666	366.688
2.03	Patrimônio Líquido	-368.566	-375.339
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	0	3.666
2.03.04	Reservas de Lucros	2.041	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.041	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-532.715	-536.844
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	40.463	39.723
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.537	-1.992

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	8.630	17.594
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-140	-146
3.04.02.01	De Administração	-140	-146
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	362
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-49	-21
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.819	17.399
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.630	17.594
3.06	Resultado Financeiro	-1.060	-690
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.060	-690
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.570	16.904
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.570	16.904
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	7.570	16.904
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,06618	2,38081
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,06618	2,38081

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	7.570	16.904
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-56	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.514	16.904

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.310	-249
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.302	-672
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	7.570	16.904
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8.819	-17.399
6.01.01.03	Provisão / Reversão para Contingência	49	21
6.01.01.04	Ajuste a valor presente	-102	-198
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7	423
6.01.02.01	Fornecedores	0	54
6.01.02.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-8	-9
6.01.02.03	Outros Ativos	1	378
6.01.03	Outros	-1	0
6.01.03.01	Depósitos Judiciais	-1	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.310	252
6.03.02	Variação em Partes Relacionadas	1.310	252
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	3
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	3

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	1.517	41.397	-539.101	740	-375.339
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	1.517	41.397	-539.101	740	-375.339
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-934	6.772	798	6.636
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.570	0	7.570
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-934	-798	798	-934
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	-934	-798	798	-934
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	524	0	-388	0	136
5.06.01	Constituição de Reservas	0	524	0	0	0	524
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	-388	0	-388
5.07	Saldos Finais	120.108	2.041	40.463	-532.717	1.538	-368.567

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	45.376	-556.124	-1.992	-392.632
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	45.376	-556.124	-1.992	-392.632
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.904	0	16.904
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	16.904	0	16.904
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-141	141	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-141	141	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	45.235	-539.079	-1.992	-375.728

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-128	-115
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-128	-115
7.03	Valor Adicionado Bruto	-128	-115
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-128	-115
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.819	17.761
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.819	17.399
7.06.02	Receitas Financeiras	0	362
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.691	17.646
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.691	17.646
7.08.01	Pessoal	36	46
7.08.01.01	Remuneração Direta	36	46
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25	7
7.08.02.01	Federais	25	7
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.060	689
7.08.03.01	Juros	1.060	689
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.570	16.904
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.570	16.904

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	251.241	244.123
1.01	Ativo Circulante	112.443	105.363
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.021	137
1.01.03	Contas a Receber	89.701	94.264
1.01.03.01	Clientes	88.050	93.064
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.651	1.200
1.01.04	Estoques	11.139	10.314
1.01.04.01	Estoques	10.819	9.868
1.01.04.02	Adiantamento a Fornecedores	320	446
1.01.06	Tributos a Recuperar	582	648
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	582	648
1.02	Ativo Não Circulante	138.798	138.760
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.496	19.955
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	20.496	19.955
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	319	61
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	7.427	7.258
1.02.01.10.05	Outras Contas a Receber	12.750	12.636
1.02.02	Investimentos	25.878	26.022
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	25.878	26.022
1.02.03	Imobilizado	92.116	92.469
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	92.116	92.469
1.02.04	Intangível	308	314
1.02.04.01	Intangíveis	308	314
1.02.04.01.02	Intangível	308	314

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	251.241	244.123
2.01	Passivo Circulante	512.050	511.642
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.838	14.065
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	14.838	14.065
2.01.02	Fornecedores	11.609	11.234
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.609	11.234
2.01.02.01.01	Fornecedores	11.609	11.234
2.01.03	Obrigações Fiscais	467.147	464.433
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	467.147	464.433
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias	459.044	456.451
2.01.03.01.03	Imposto Diferido	735	735
2.01.03.01.04	Parcelamentos	7.368	7.247
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	253	93
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	253	93
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	253	93
2.01.05	Outras Obrigações	18.203	21.817
2.01.05.02	Outros	18.203	21.817
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	11.843	15.735
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	6.360	6.082
2.02	Passivo Não Circulante	108.118	108.190
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	288	312
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	288	312
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	288	312
2.02.02	Outras Obrigações	69.333	70.817
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	32.404	32.294
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	32.404	32.294
2.02.02.02	Outros	36.929	38.523
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	2.402	2.309
2.02.02.02.07	Parcelamentos	34.527	36.214
2.02.03	Tributos Diferidos	17.815	17.956
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.815	17.956
2.02.04	Provisões	20.682	19.105
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20.682	19.105
2.02.04.01.05	Provisões para Contingencias	20.682	19.105
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-368.927	-375.709
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	0	3.666
2.03.04	Reservas de Lucros	2.041	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.041	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-532.715	-536.844
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	40.463	39.723
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.537	-1.992
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-361	-370

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	73.680	62.914
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-54.938	-43.357
3.03	Resultado Bruto	18.742	19.557
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.551	-4.956
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.941	-2.277
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.547	-2.408
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	992	996
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.055	-1.267
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.191	14.601
3.06	Resultado Financeiro	496	2.320
3.06.01	Receitas Financeiras	4.582	7.241
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.086	-4.921
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	9.687	16.921
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.107	0
3.08.01	Corrente	-2.177	0
3.08.02	Diferido	70	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.580	16.921
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	7.580	16.921
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.570	16.904
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	10	17
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,06759	2,38321
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,06759	2,38321

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	7.580	16.921
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-56	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	7.524	16.921
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.514	16.904
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	10	17

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	11.736	1.556
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	12.555	20.864
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	7.570	16.904
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.596	1.404
6.01.01.03	Provisão (Reversão) para Contingências	1.780	605
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para Riscos de Créditos	1.553	-498
6.01.01.05	Participação de Minoritários	10	17
6.01.01.06	Encargos Financeiros s/ Empréstimos	0	57
6.01.01.07	Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado Intangível	5	4
6.01.01.08	Provisão (Reversão) de Impostos Diferidos	-141	-73
6.01.01.09	Atualização de Passivos Tributários	1.082	2.642
6.01.01.10	Ajuste a Valor Presente	-102	-198
6.01.01.11	Ajuste Trava Cambial	-798	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-819	-19.308
6.01.02.01	Clientes	3.461	-15.868
6.01.02.02	Estoques	-951	-807
6.01.02.03	Adiantamento a Fornecedores	126	-391
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-192	-29
6.01.02.05	Outras Contas a Receber	-463	124
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-169	-385
6.01.02.07	Fornecedores	375	841
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-55	-2.247
6.01.02.09	Salários a Pagar e Provisões	773	976
6.01.02.10	Adiantamento de Clientes	-3.892	-687
6.01.02.11	Provisão p/ Contingências	-203	-872
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	371	37
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.098	-826
6.02.01	Variação de Ativo Imobilizado	-1.089	-810
6.02.02	Variação de Ativo Intangível	-9	-16
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	246	22
6.03.01	Partes Relacionadas	110	101
6.03.02	Variação Empréstimos e Financiamentos	136	-79
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10.884	752
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	137	283
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.021	1.035

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	1.517	41.397	-539.101	740	-375.339	-370	-375.709
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	1.517	41.397	-539.101	740	-375.339	-370	-375.709
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-934	6.772	798	6.636	9	6.781
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.570	0	7.570	9	7.579
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-934	-798	798	-934	0	-798
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	-934	-798	798	-934	0	-798
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	524	0	-388	0	136	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	524	0	0	0	524	0	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	-388	0	-388	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	2.041	40.463	-532.717	1.538	-368.567	-361	-368.928

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	45.376	-556.124	-1.992	-392.632	-390	-393.022
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	45.376	-556.124	-1.992	-392.632	-390	-393.022
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.904	0	16.904	17	16.921
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-141	141	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-141	141	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	45.235	-539.079	-1.992	-375.728	-373	-376.101

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

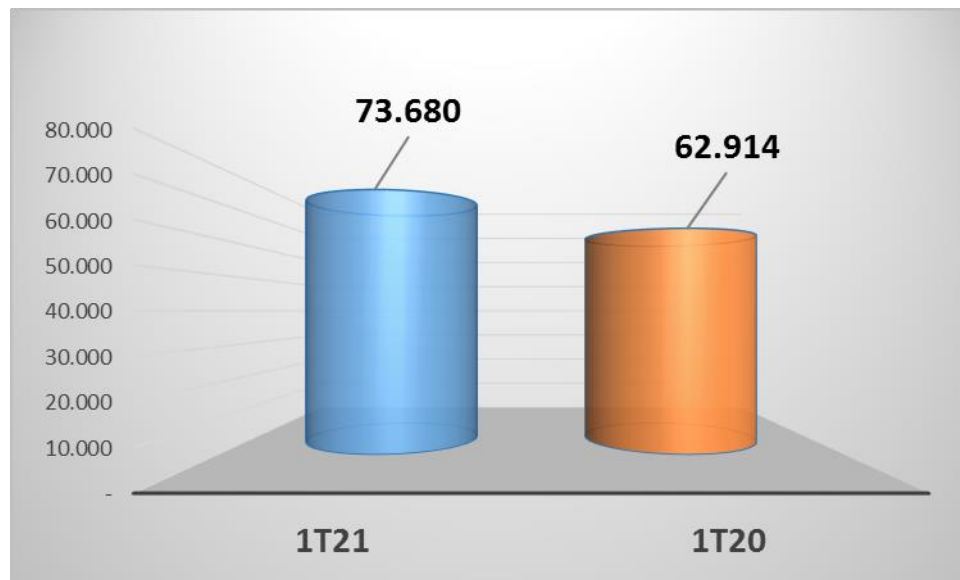
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	78.002	67.747
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	78.882	66.903
7.01.02	Outras Receitas	673	346
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-1.553	498
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-35.061	-24.698
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-29.985	-20.237
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.076	-4.461
7.03	Valor Adicionado Bruto	42.941	43.049
7.04	Retenções	-1.596	-1.404
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.596	-1.404
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	41.345	41.645
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.187	7.863
7.06.02	Receitas Financeiras	3.867	7.603
7.06.03	Outros	320	260
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	45.532	49.508
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	45.532	49.508
7.08.01	Pessoal	27.311	23.633
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.324	19.470
7.08.01.02	Benefícios	3.521	2.803
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.466	1.360
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.270	4.034
7.08.02.01	Federais	3.798	1.408
7.08.02.02	Estaduais	3.472	2.626
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.371	4.920
7.08.03.01	Juros	3.371	4.920
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.580	16.921
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.570	16.904
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	10	17

Comentário do Desempenho

Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40 - NIRE 43300031161

COMENTARIO DO DESEMPENHO DO TRIMESTRE**Receita operacional líquida**

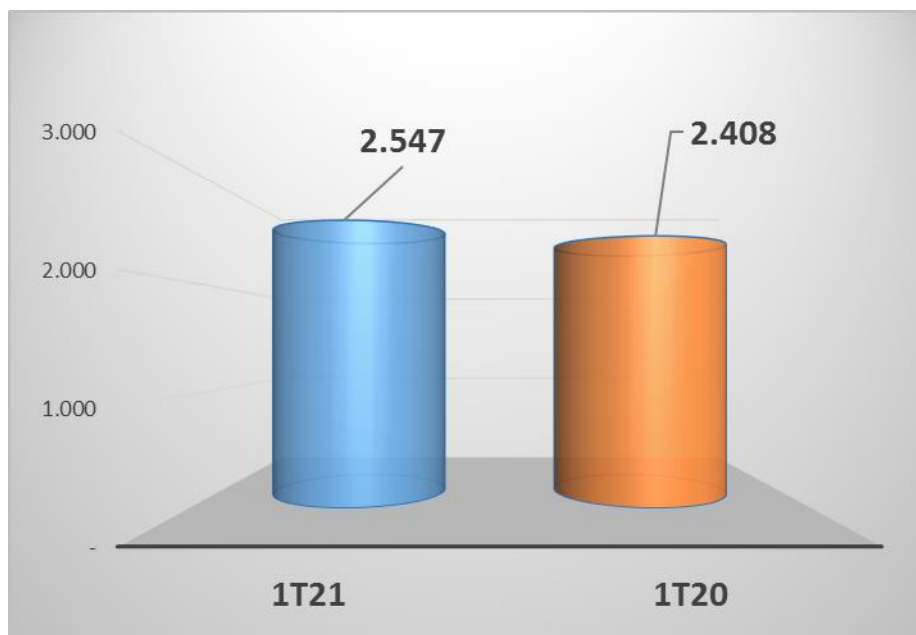
A Companhia, através de sua Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos, obteve receita líquida de R\$ 73.680 no primeiro trimestre de 2021 e de R\$ 62.914 no primeiro trimestre de 2020. O aumento em torno de 17,11% na receita líquida da Companhia está associado diretamente ao incremento da comercialização dos produtos industrializados.

**Despesas gerais e administrativas**

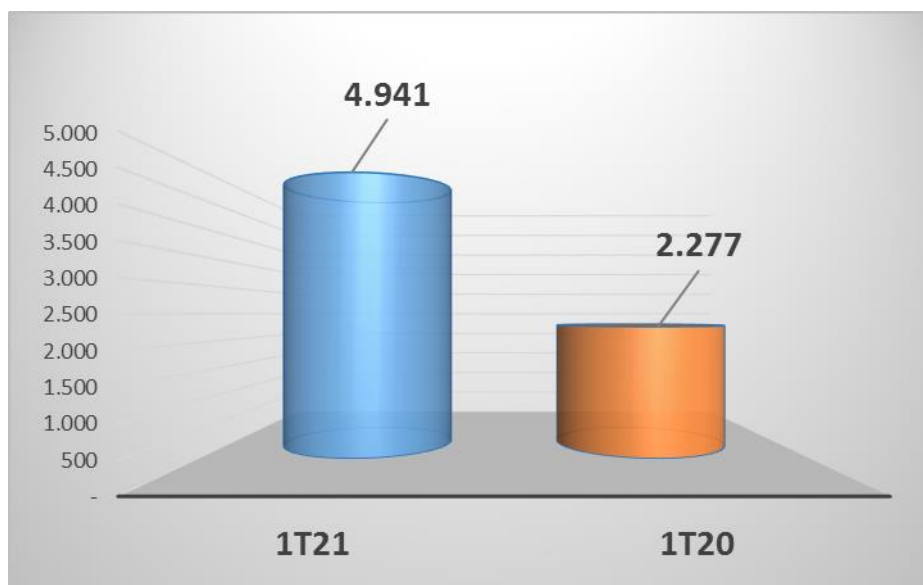
As despesas gerais e administrativas no primeiro trimestre de 2021 totalizaram R\$ 2.547, sendo de R\$ 2.408 no primeiro trimestre de 2020. O aumento de 5,77% está relacionado a serviços administrativos de terceiros, assim como aumento de quadro de lotação e atualização dos gastos com folha de pagamento.

Comentário do Desempenho

Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40 - NIRE 43300031161

**Despesas com vendas**

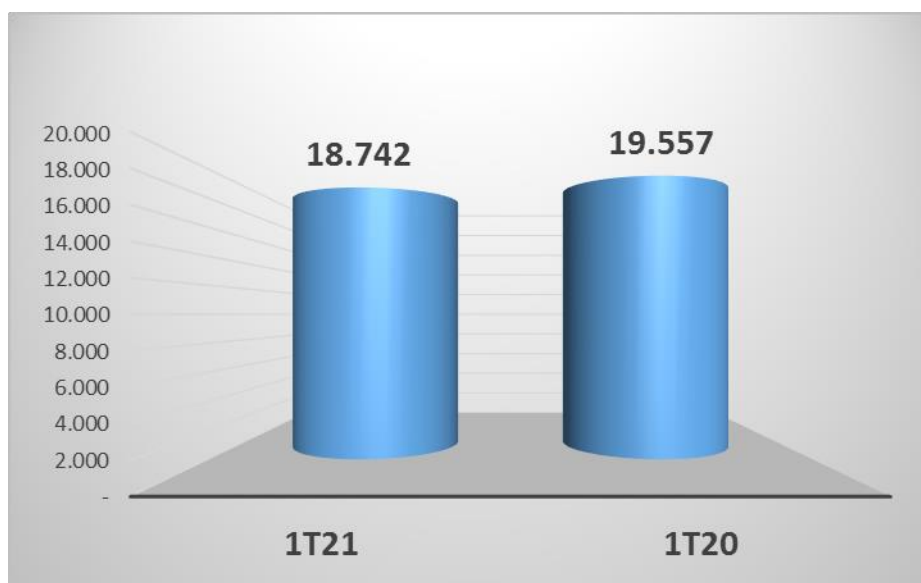
No primeiro trimestre de 2021 as despesas com vendas totalizaram R\$ 4.941 milhões, sendo que no primeiro trimestre de 2020 ficou em R\$ 2.277 milhões, equivalentes a 6,71 % e 3,62 % respectivamente da receita operacional líquida.

**Lucro bruto**

Comentário do Desempenho

Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40 - NIRE 43300031161

O Lucro Bruto totalizou R\$ 18.742 no primeiro trimestre de 2021, equivalente a 25,44% da receita operacional líquida. No mesmo período em 2020 alcançou R\$ 19.557 equivalente a 31,09% da receita operacional líquida.



Notas Explicativas



MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais para os períodos findos em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

1.1 - Atividades desenvolvidas

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações contábeis individuais e consolidadas da Minupar foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minupar entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, tributárias e parcelamentos (notas explicativas 11, 12 e 13), muito embora não se descarta a necessidade de recorrer a fontes de financiamento.

1.3 - Continuidade operacional

A administração da Companhia vem atuando fortemente na reestruturação da dívida tributária, e neste sentido, em novembro de 2017 a sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos aderiu ao parcelamento instituído pela Lei 13.496/2017 - Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, permitindo parcelamentos de débitos fiscais vencidos até abril de 2017 com descontos e utilização de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação de débitos tributários.

Na mesma linha, também mantêm em andamento outros parcelamentos especiais, quais sejam: Parcelamentos Especiais das Leis 11.941/09 e 12.996/14, conforme nota explicativa 13.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 12 - Obrigações Tributárias, a Companhia possui um saldo significativo de Obrigações Tributárias, cabe ressaltar que nos exercícios sociais de 2019 e 2018, foram realizados trabalhos de revisão de todo passivo tributário federal em aberto, de forma que os controles implantados pela Companhia nestes trabalhos de revisão permitem um acompanhamento e monitoramento de todos os débitos, bem como permite certificar que os valores apresentados refletem exatamente com as informações fornecidas pelos respectivos órgãos legais de cobrança (RFB - Receita Federal do Brasil e PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional).

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo, a manutenção destas atividades só se faz possível visto as condições específicas do contrato relacionadas a habilitações para atendimento de quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de

Notas Explicativas



produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região de Lajeado (RS). As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de recria e granja de produção, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos. O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

1.4 - Covid-19

Em virtude da pandemia causada pelo COVID-19, a Companhia informa que diversas ações foram implantadas a partir de março de 2020, cujo objetivo central sempre foi a adequação as orientações indicadas pela OMS - Organização Mundial de Saúde, bem como a preservação da saúde e segurança de seus colaboradores, abaixo um breve relato das ações já implantadas:

- Acesso as unidades mediante resposta e aprovação a formulário que visa identificar sintomas do Coronavírus;
- Uso obrigatório de máscaras para todos os colaboradores e terceiros que acessarem as unidades;
- Aspersão de sanitizante nas áreas comuns e em frente a empresa;
- Entrega de atestados ou documentos acontece na portaria, evitando acesso a unidade e contato com outras pessoas;
- Higienização de vestiários, áreas produtivas e de grande circulação, refeitórios e corrimões foi intensificada, conforme orientação dos órgãos compatíveis;
- Disponibilização de um número maior de ônibus para transporte de colaboradores, atendendo a lotação determinada por decreto legal;
- Adequação dos refeitórios, para respeitar a distância prevista entre os colaboradores, para que não haja qualquer tipo de compartilhamento de objetos ou contato direto de utensílios de uso comum;
- Adequação dos horários das refeições, para que não haja contato entre colaboradores e funcionários terceirizados nos refeitórios;
- Instalação de espaço para atendimento aos colaboradores que apresentarem sintomas, em local ao ar livre, e próximo a portaria, para evitar contato com outros colaboradores ou outras áreas;
- Aquisição de termômetro a laser, para verificação de temperatura de todas as pessoas que acessam a unidade, ainda na portaria;
- Adequação dos bebedouros, disponibilizando copos descartáveis para que não haja contato direto com o equipamento ou o compartilhamento de objetos;
- Aumento da disponibilidade de pontos com álcool em gel nas áreas das unidades;
- Proibição do compartilhamento de objetos pessoais como copos e talheres;
- Cancelamento de reuniões presenciais, optando pelo uso da tecnologia em substituição;
- Liberação dos colaboradores que compõem grupos de risco ou que apresentem quaisquer sintomas gripais. E readequação para o sistema de trabalho home office para os colaboradores que tem a possibilidade;
- Intensificação da atuação dos profissionais de saúde, como médicos, enfermeiras e técnicos de enfermagem;
- Auxílio financeiro para colaboradoras com filhos até 10 anos, que necessitem deixar seus filhos com cuidadoras.

A Companhia informa que referente aos efeitos da Pandemia ocasionada pelo COVID-19, incorreu em gastos adicionais, apurados a partir de abril de 2020, os quais já totalizam R\$ 3.541 mil, e estão relacionados a produtos de limpeza e

Notas Explicativas



higienização, acréscimo nos serviços de transportes a funcionários, adaptações estruturais nas instalações da empresa, como aumento dos espaços de lazer, enfermaria e refeições dos funcionários, compra de testes do COVID-19, doações a hospitais e vacinas de gripe.

Apresentamos no quadro a seguir os valores apurados de forma detalhada, os quais estão registrados no resultado em suas contas de origem:

Natureza do Gasto	Valor	%
EPI's	960	27%
Testes covid	801	23%
Adequações estruturais	507	14%
Transporte de funcionários	608	17%
Auxílio creche	244	7%
Doações	219	6%
Materiais para alimentação	166	5%
Outros	36	1%
Total	3.541	100%

Desde o início da pandemia a Companhia vem procedendo de forma rigorosa com o afastamento dos colaboradores classificados no grupo de risco, chegando a ter até aproximadamente 500 pessoas afastadas, no momento as pessoas afastadas representam aproximadamente 171 colaboradores.

1.5 Análise dos efeitos da Covid-19 nas demonstrações contábeis

De acordo com as orientações contidas nos ofícios circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, a Companhia informa que procedeu com a análise dos principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19 frente suas demonstrações contábeis, de modo que as principais análises são reportadas a seguir:

(i) Continuidade operacional: Não foram identificados elementos que configurem risco de descontinuidade operacional.

(ii) Contas a receber: Os saldos das contas a receber foram analisados, e nenhum fator vinculado aos efeitos da Covid-19 indica ajuste de perdas esperadas destas rubricas, entretanto, conforme é informado na nota explicativa nº 5 - Conta a receber, a Companhia apresenta a conciliação do saldo líquido a receber, descontando já os valores recebidos de forma antecipada, os quais foram sensibilizados pelo efeito da Covid-19, deste modo, é informado na nota explicativa nº 5 - Contas a receber que o serviço vinculado as referidas antecipações serão realizadas com prestação de abate extra no decorrer de 2021.

(iii) Estoques: São avaliados pelo custo de aquisição líquido de impostos ou pelo efetivo valor de realização, desta análise não há nenhum elemento relacionado ao Covid-19 que indique qualquer ajuste nesta rubrica.

(iv) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - "impairment": A Companhia não identificou indicativos de impairment no período findo em 31 de março de 2021.

1.6 Aprovação das Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas



No dia 23 de junho de 2021, em atendimento à disposição do artigo 25º, inciso I, alínea “b” do Estatuto Social da Minupar Participações S.A, a Diretoria submeteu as Demonstrações Contábeis elaboradas para o período findo em 31 de março de 2021, devidamente auditadas pela empresa independente Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S., para apreciação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia que tomaram posse dia 18 de junho de 2021.

Cabe esclarecer que a AGO foi inicialmente e de forma regular convocada para 30 de abril de 2021, porém, nesse mesmo dia foi suspensa devido a decisão liminar concedida, em “Ação de Anulação de Convocação de Assembleia, com pedido de Tutela de Urgência” em face da Minupar, proposta pelos conselheiros na época Sr. Antonio Carlos Rago Cano e Welinton Balderrama dos Reis, liminar esta, que foi revogada no mesmo dia as 16:36 horas, reconhecendo a regularidade da sua convocação e autorizando a sua realização. Devido ao adiantado da hora, nova AGO foi então convocada para o dia 14 de junho de 2021. No dia 11 de junho de 2021 os mesmos Conselheiros intentaram novo pedido de reconsideração da decisão que revogou o pedido liminar, requerendo a anulação da AGO agendada para dia 14 de junho de 2021, pedido este que foi indeferido. Ato contínuo, os Conselheiros Sr. Antonio Carlos Rago Cano e Dr. Welinton Balderrama dos Reis, propuseram recurso insistindo no cancelamento da AGO, recurso este que foi improvido no dia 13 de junho de 2021. A Minupar, visando a efetiva realização da AGO bem como a segurança jurídica do ato, requereu junto ao mesmo juízo da ação movida pelos ex-Conselheiros, pedido de tutela cautelar de caráter antecedente, requerendo o afastamento do Presidente e Vice-presidente do Conselho de Administração da demandante das funções de Presidente e/ou Secretário da Assembleia Geral Ordinária, medida cautelar que foi deferida no dia 11 de junho de 2021. Assim, a AGO foi realizada no dia 14 de junho de 2021, ocasião na qual as Demonstrações Contábeis referente ao exercício de 2020 foram apresentadas aos seus acionistas, e aprovadas por maioria de votos.

A não realização da AGO - Assembleia Geral Ordinária foi divulgada através de Fato Relevante no dia 30 de abril de 2021, e a não apresentação do Formulário de Informações Trimestrais (ITR referente ao primeiro trimestre de 2021 dentro do prazo previsto pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários foi divulgada através de Comunicado ao Mercado no dia 21 de maio de 2021.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis trimestrais individuais e consolidadas do período de 31 de março de 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, normas brasileiras de contabilidade, pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

3.1.1 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos

Notas Explicativas



pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo conselho federal de contabilidade e aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações contábeis consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas de contabilidade emitidas pelo conselho federal de contabilidade, aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações contábeis individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para perdas esperadas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

Notas Explicativas



3.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos ou passivos financeiros em:

- i) custo amortizado; e
- ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);
- Outros ativos (nota 7);
- Propriedades para investimentos (nota 8.b)
- Imobilizado (nota 9)
- Intangível (nota 10)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do

Notas Explicativas



capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.7 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

3.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais, também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

3.9 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.11 Investimentos

3.11.1 Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora.

3.11.2 Propriedades para investimentos

Notas Explicativas



As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.12 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.13 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM n° 644/10.

3.14 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora

Notas Explicativas



de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.16 Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.17 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM n° 564/08.

3.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.19 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 - Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

Notas Explicativas



3.20 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.21 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são:

- (a) as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.22 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Caixa	-	-	2	2
Bancos - Conta Corrente	-	-	11.019	135
Total	-	-	11.021	137

O aumento ocorrido em caixa e equivalentes de caixa decorre de liquidação de contratos de câmbio realizadas durante o mês de março de 2021, cujos recursos foram utilizados para pagamentos de despesas operacionais no mês de abril de 2021.

5 - Contas a receber

Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Mercado interno	-	-	42.529	47.511
Mercado externo	-	-	47.956	45.639
Trava Cambial	-	-	(56)	740
(-) Provisão para perdas esperadas	-	-	(2.379)	(826)
Subtotal	-	-	88.050	93.064
(-) Adiantamentos de clientes	-	-	(11.843)	(15.735)
Saldo líquido de contas a receber	-	-	76.207	77.329

Vencidos	31/03/21		31/12/20	
Até 30 dias	7.998	9%	7.477	8%
De 31 a 60 dias	3	0%	4	0%
De 61 a 90 dias	2	0%	987	1%
De 91 a 120 dias	1	0%	1.552	2%
De 121 a 150 dias	2	0%	1	0%
De 151 a 180 dias	987	1%	1	0%
Acima de 180 dias	2.379	3%	826	1%
Sub-total	11.372	13%	10.848	12%
 À vencer				
Até 30 dias (a)	70.693	80%	70.503	76%
De 31 a 60 dias	8.364	9%	12.539	13%
Sub-total	79.057	90%	83.042	89%
 Provisão para perda esperada	(2.379)	-3%	(826)	-1%
Total	88.050	100%	93.064	100%

(a) Parte do montante demonstrado no quadro acima como “títulos à vencer até 30 dias” refere-se à valores de câmbios já recebidos, porém não liquidados, essa quantia representa o montante de R\$ 42.893.

6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Produtos prontos	-	-	2.368	1.589
Produtos em elaboração	-	-	135	39
Matérias primas	-	-	1.883	2.407
Materiais de embalagem	-	-	2.127	1.650
Materiais de manutenção	-	-	4.306	4.183
Total	-	-	10.819	9.868

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

Notas Explicativas



7 - Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Agostinho Carrer Part. Ltda	9.399	9.298	9.399	9.298 (i)
Outros	-	-	3.351	3.338
Total	9.399	9.298	12.750	12.636

(i) Em 04 de Outubro de 2019, Agostinho Carrer Participações S.A, Minupar Participações S.A. e sua controlada direta, Companhia Minuano de Alimentos celebraram acordo judicial, o qual envolvia o processo de execução de título extrajudicial e ação de cobrança.

Devido aos impactos causados pela COVID-19, a empresa Agostinho Carrer Participações S.A. notificou a Companhia, que devido à crise do setor avícola iriam utilizar da carência para suspensão dos pagamentos, nos termos do acordo judicial, posteriormente em razão da continuidade das dificuldades e limitações financeiras decorrentes da crise mundial da pandemia da COVID-19, as partes transacionaram, mediante concessões mútuas, a suspensão parcial do pagamento das parcelas, ficando acordado que seria pago mediante depósito judicial, somente os juros compensatórios e atualização monetária incidente sobre o saldo devedor.

8 - Investimentos

a) Participações societárias

Em 31/03/2021 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	99,99%	99,99%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/20	(269.089)	(97.599)	(366.688)
+/- Equivalência Patrimonial	6.470	2.350	8.820
+/- Ajuste reflexo da trava cambial - NBC TG 48	(211)	(587)	(798)
Provisão para perda de investimento em 31/03/21	(262.830)	(95.836)	(358.666)

b) Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	31/03/21			31/12/20		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	24.498	(6.393)	18.105	24.498	(6.393)	18.105
Máquinas e equipamentos	11.390	(6.319)	5.071	11.587	(6.372)	5.215
Outros	315	(209)	106	318	(212)	106
(-) Impairment	(5.146)	-	(5.146)	(5.146)	-	(5.146)
Total	38.799	(12.921)	25.878	38.999	(12.977)	26.022

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de março de 2021 são contabilizados a valor de custo. A Companhia procedeu a análise de avaliação para perda sobre este ativo sem operação, e nesta análise não identificou necessidade de reconhecimento de complemento de provisão para perda de recuperabilidade destes ativos.

Notas Explicativas

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/20	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/03/21
Terrenos	7.742	-	-	-	-	7.742
Obras civis	18.105	-	-	-	-	18.105
Máquinas e equipamentos	5.215	12	-	(12)	(144)	5.071
Outros	106	-	-	-	-	106
(-) Impairment	(5.146)	-	-	-	-	(5.146)
Total	26.022	12	-	(12)	(144)	25.878

9 - Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	31/03/21			31/12/20		
		Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	15.593	-	15.593
Prédios	2,50%	72.546	(24.950)	47.596	72.294	(24.483)	47.811
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	66.151	(40.942)	25.209	65.727	(39.883)	25.844
Moveis e utensílios	8,33%	5.010	(3.569)	1.441	4.859	(3.529)	1.330
Computadores e periféricos	33,33%	1.532	(1.135)	397	1.497	(1.101)	396
Veículos	20,00%	843	(660)	183	664	(654)	10
Imobilizações em andamento	-	1.697	-	1.697	1.485	-	1.485
Outros	-	13	(13)	-	13	(13)	-
Total		163.385	(71.269)	92.116	162.132	(69.663)	92.469

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/20	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/03/21
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	47.811	1	-	(467)	251	47.596
Maquinas e equipamentos	25.844	232	(1)	(1.011)	145	25.209
Moveis e utensílios	1.330	165	(4)	(51)	1	1.441
Computadores e periféricos	396	46	-	(45)	-	397
Veículos	10	180	-	(7)	-	183
Imobilizações em andamento	1.485	465	-	-	(253)	1.697
Total	92.469	1.089	(5)	(1.581)	144	92.116

Em 31 de março de 2021 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

10 - Intangível

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

Notas Explicativas



Grupo	Taxas	31/03/21			31/12/20		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	593	(433)	160	584	(418)	166
Marcas e Patentes	-	148	-	148	148	-	148
Total		741	(433)	308	732	(418)	314

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	Saldo em
	31/12/20					31/03/21
Softwares	166	9	-	(15)	-	160
Marcas e Patentes	148	-	-	-	-	148
Total	314	9	-	(15)	-	308

Em 31 de março de 2021 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

11 - Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Provisões de férias e 13º salário	-	-	8.709	7.373
Salários / Pró-labore a pagar	146	146	3.340	3.466
Rescisões a pagar	-	-	40	13
Outras obrigações a pagar	-	-	2.749	3.213
Total	146	146	14.838	14.065

12 - Obrigações tributárias

Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
INSS a recolher	1	3	250.958	250.887
FGTS a recolher	-	-	3.396	3.574
IRRF a recolher	1	1	124	239
IRPJ a recolher	-	-	102.842	102.049
CSLL a recolher	-	-	36.925	36.850
COFINS a recolher	-	-	46.444	46.357
PIS a recolher	-	-	9.906	9.887
Impostos Retidos	-	-	25	21
ICMS a recolher	-	-	3.824	2.000
Outros	-	-	4.600	4.587
Total	2	4	459.044	456.451

Conforme informado na nota explicativa nº 1.3 - Continuidade Operacional, a Companhia realizou a equalização da dívida tributária, utilizando como base os débitos informados pelos respectivos agentes de cobrança (PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil), no quadro abaixo demonstra-se os valores de forma segregada.

	31/03/21			31/12/20		
	RFB	PGFN	Total	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	1.301	249.657	250.958	1.322	249.565	250.887
FGTS a recolher	480	2.916	3.396	675	2.899	3.574
IRRF a recolher	124	-	124	239	-	239
IRPJ a recolher	7.932	94.910	102.842	7.329	94.720	102.049
CSLL a recolher	1.240	35.685	36.925	1.240	35.610	36.850
COFINS a recolher	-	46.444	46.444	-	46.357	46.357
PIS a recolher	-	9.906	9.906	-	9.887	9.887
Impostos Retidos	25	-	25	21	-	21
ICMS a recolher	2.199	1.625	3.824	376	1.624	2.000
Outros	51	4.549	4.600	52	4.535	4.587
	13.352	445.692	459.044	11.254	445.197	456.451

13 - Parcelamentos

Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
PERT (a)	-	-	1.229	1.179
Lei 12.996/14 (b)	24	25	2.051	2.045
Lei 11.941/09	8	8	8	8
FGTS	-	-	687	690
ICMS	-	-	233	224
IOF	-	-	-	-
Ordinário	-	-	3.160	3.101
Circulante	32	33	7.368	7.247
PERT (a)	-	-	9.055	9.357
Lei 12.996/14 (b)	204	207	15.744	16.204
Lei 11.941/09	23	25	23	25
FGTS	-	-	5.492	5.677
ICMS	-	-	331	380
Ordinário	-	-	3.882	4.571
Não Circulante	227	232	34.527	36.214

(a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Total dos débitos incluídos no PERT	56.548 (i)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2020	(14.726)
(+) Atualização Selic até dezembro de 2020	1.777
Saldo remanescente em 31/12/2020	10.536
(+) Atualização Selic de Jan-21 até Mar-21	42
(-) Pagamentos efetuados de Jan-21 até Mar-21	(294)
Saldo remanescente em 31/12/2020	10.284
Circulante	1.229
Não circulante	9.055

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Notas Explicativas



Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da receita federal do Brasil	Débitos previdenciários	8.078
	Demais débitos	1.729
Procuradoria-geral da fazenda	Débitos previdenciários	856
	Demais débitos	45.885
Total		56.548

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta a memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	RS
Procuradoria-Geral da Fazenda	Débitos previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
Total			46.741	(9.349)	37.392	25.218	

Há de se notar que não foi concedida anistia de multa, juros e encargos legais para as modalidades perante a Receita Federal do Brasil.

Após a adesão ao PERT, a Companhia recebeu e respondeu às intimações e aos avisos, os quais informavam a existência de possíveis causas de sua exclusão do parcelamento das modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por suposto descumprimento do artigo 1º, Parágrafo 4º, incisos III e V, da Lei 13.496/17, consoante disposto no artigo 17, incisos VII e VIII da Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017:

Diante disso, a Companhia tem adotado medidas para a sua manutenção no PERT, especificamente:

(i) Quanto aos débitos em aberto decorrentes da incidência sobre a redução das multas e do juros moratórios em virtude da adesão ao PERT de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL),

Notas Explicativas

Programa Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Companhia informa que busca liquidar tais valores por meio de Declaração de Compensação utilizando-se de crédito presumido de IPI já homologado pela Receita Federal do Brasil, do pedido realizado pela Companhia já foram homologadas as compensações dos débitos de PIS e COFINS, já o pedido de compensação para os demais tributos (IRPJ e CSLL) está em processo de análise pela Receita Federal.

(ii) Quanto aos débitos previdenciários em aberto, a Companhia aderiu ao Parcelamento Ordinário instituído pela Lei 10.522/2002, tratado no processo administrativo nº 13052.720.217/2018-11. O parcelamento está sob análise da fiscalização federal em razão da pendência de formalização de garantia nomeada nos autos das Execuções Fiscais nº 5000467-10.2018.4.04.7114 e 5003024-67.2018.4.04.7114, consoante determinando pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) Quanto aos débitos de Contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a Companhia busca a emissão de Certificado de Regularidade do FGTS - CRF perante a Caixa Econômica Federal, tendo em vista que há regular penhora de bens relacionada à Execução Fiscal nº 5005346-94.2017.4.04.7114, cuja cobrança é combatida por meio dos Embargos à Execução Fiscal nº 5000691-11.2019.4.04.7114.

(b) Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela receita federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900
Amortização líquida até 31/03/21	(10.105)
Saldo remanescente em 31/01/2021	17.795
Circulante	2.051
Não circulante	15.744

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Notas Explicativas

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido incluídos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

14- Impostos diferidos

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2010 em virtude do reconhecimento do custo atribuído:

Ativo ajustado	Custo Atribuído	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Terrenos	15.719	3.930	1.415	5.345
Obras Civas	33.592	8.398	3.023	11.421
Máquinas e equipamentos	13.263	3.316	1.194	4.510
Móveis e Utensílios	3.619	905	326	1.231
Veículos	191	48	17	65
Computadores e Periféricos	582	146	52	198
Total	66.966	16.743	6.027	22.770
Diferimento até 31/03/2021		(5.395)	(1.942)	(7.337)
(A) = Saldo em 31/03/2021		11.348	4.085	15.433

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2020 sobre as diferenças temporárias:

Diferenças Temporárias	Valor	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Depreciação Atividade Rural	10.206	2.552	919	3.471
Diferimento até 31/03/2021		(259)	(95)	(354)
(B) = Saldo em 31/03/2021		2.293	824	3.117
(A + B) = Saldo em 31/12/2020		13.641	4.909	18.550
Curto Prazo		541	194	735
Longo Prazo		13.100	4.715	17.815

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
IRPJ diferido	-	-	541	547
CSLL diferido	-	-	194	188
Total - Curto Prazo	-	-	735	735
IRPJ diferido	-	-	13.100	13.203
CSLL diferido	-	-	4.715	4.753
Total - Longo Prazo	-	-	17.815	17.956

15 - Partes relacionadas**a) Remuneração dos administradores**

A remuneração global anual dos administradores das controladas diretas, Sulaves e Valepar, bem como de sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 30 de abril de 2021 da seguinte forma:

- a) Sulaves - em até R\$ 250 mil;
- b) Valepar - em até R\$ 250 mil; e
- c) Minuano - em até R\$ 2.000 mil.

Quanto a remuneração global anual dos administrados da Minupar Participações S.A., foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 14 de junho de 2021, na qual deliberou-se pela aprovação da remuneração global anual de R\$ 300 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração percebida no primeiro trimestre de 2021 e primeiro trimestre de 2020:

	31/03/21		31/03/20	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Conselho de administração	18	18	23	23
Diretoria executiva	12	211	14	168

b) Operações com partes relacionadas

Notas Explicativas



Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Valepar S/A	517	517	-	-
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-
Total	5.777	5.777	-	-
Passivo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Serra do Roncador Part. Ltda	-	-	15.090	16.141
Companhia Minuano	6.515	6.365	-	-
Acionistas e outros	17.314	16.154	17.314	16.153
Total	23.829	22.519	32.404	32.294

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros atribuídos nas operações entre partes relacionadas foram pactuados dentro das condições de mercado praticada na época em que os respectivos contratos foram formalizados.

16 - Provisão para contingência

a) Contingências Passivas

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de março de 2021 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:

Natureza	31/03/21			31/12/20		
	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual
Trabalhista	10.734	(5.781)	4.953	10.797	(5.629)	5.168
Cível	9.548	(1.646)	7.902	7.915	(1.629)	6.286
Tributária	400	-	400	393	-	393
Total	20.682	(7.427)	13.255	19.105	(7.258)	11.847

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de março de 2021, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 83.600 (R\$ 80.945 em 31 de dezembro de 2020), destes, R\$ 73.553 (R\$ 71.045 em 31 de dezembro de 2020) são relativos a natureza cível e R\$ 10.047 (R\$ 9.900 em 31 de dezembro de 2020) são relativos a natureza trabalhista.

O principal processo que compõem o saldo de R\$ 73.553, refere-se a ação no montante de R\$ 62.754, cujo o tema foi motivo de divulgação de fato relevante em 05 de março de 2020, onde a Companhia divulgou que obteve decisão desfavorável em primeira instância no processo de natureza cível, nº 017/1.13.0002978-6, o qual se discute o pagamentos dos honorários contratuais de sucesso quando da validação do crédito prêmio de IPI sobre exportações, o não pagamento destes honorários se deu pelas razões dos questionamentos e glosas feitos pela Receita Federal quando a Companhia utilizou os referidos créditos.

Notas Explicativas



O processo supramencionado é relacionado no relatório de contingenciamento da Companhia, e de acordo com a análise individualizada pelos nossos assessores jurídicos está classificado com o prognóstico de risco de perda “possível”, visto que todos os recursos legais não se esgotaram na esfera judicial, sendo factível a reversão da decisão em segunda instância, deste modo não há condições neste momento para determinar uma futura saída de recursos.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 12 e 13.

b) Contingências Ativas

Incidência de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, apresenta discussão sobre o direito de excluir o ICMS da base de cálculo das Contribuições ao PIS e da COFINS em duas medidas judiciais: nos autos do Mandado de Segurança nº 5002947-14.2011.4.04.7111, limitado ao período anterior à 31 de dezembro de 2014, o qual já teve seu trânsito em julgado de decisão favorável aos interesses da empresa, e, nos autos do Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, relacionado ao período posterior à 31 de dezembro de 2014, o qual foi deferido, via medida liminar, a suspensão pela exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS e corroborado por meio de sentença.

Em relação a decisão do trânsito em julgado do processo dos valores correspondente ao ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS retroativos à 2014, vinculados a Mandado de Segurança nº 5002947-14.2011.4.04.7111, até o presente momento os esforços efetuados no levantamento dos dados não foram suficientes para assegurar com confiança a validação dos potenciais créditos a serem reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, uma vez que alguns documentos necessários para confecção e validação do cálculo estão sendo recuperados junto aos órgãos fiscais, desta forma sequer a divulgação de potencial créditos é possível efetuar neste momento e o registro contábil será efetuado quando a mensuração for confiável.

Ainda sobre o tratamento dado ao referido tema, a Companhia informa que, a partir de Junho de 2019 não vem mais tributando PIS e COFINS sobre ICMS destacado nas notas fiscais de venda, esse procedimento tem como base a decisão liminar do Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, que suspendeu a exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS, os valores apurados de Junho de 2019 até Março de 2021 referente a incidência de ICMS na base do PIS e COFINS correspondem a R\$ 1.377.465,16, sobre o qual não foi constituído nenhum passivo correspondente.

17 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 7.100.100 mil (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através das NBC TG's aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Notas Explicativas**c) Reserva legal**

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Subvenções governamentais

A Companhia possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. O saldo acumulado em 31 de março de 2021 do incentivo fiscal totaliza a quantia de R\$ 2.041.

e) Dividendos

Quando aplicável e de acordo com o estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

f) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

18 - Cobertura de seguros

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, no quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos assegurados:

Local de risco	Ativos Próprios	Ativos de Terceiros	Total
Sede Administrativa	4.650	-	4.650
Abatedouros	57.380	2.200	59.580
Fábrica de embutidos	15.900	-	15.900
Fábrica de rações	20.300	-	20.300
Incubatório	15.050	5.970	21.020
Central de ovos	1.900	-	1.900
Granja Recria - Frangos	6.970	-	6.970
Granja Matrizes	12.747	2.771	15.518
Total	134.897	10.941	145.838

19 - Instrumentos financeiros e derivativos

Notas Explicativas



A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

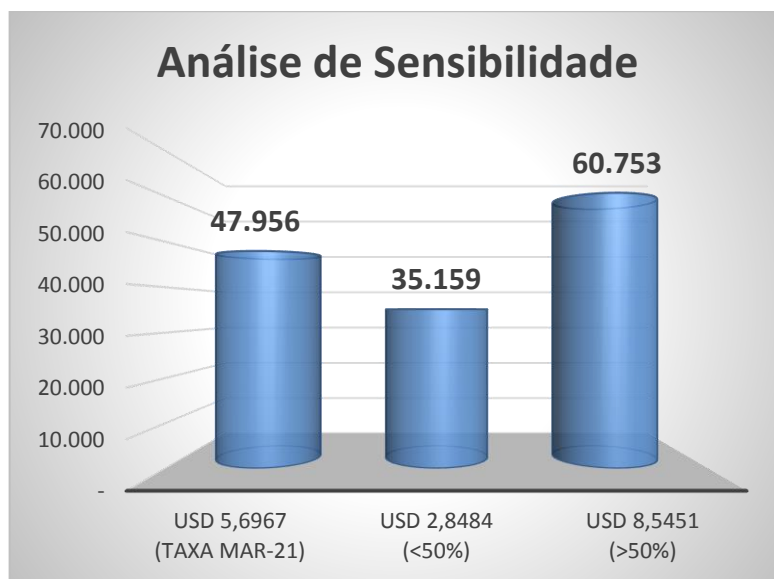
A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 27% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar, e com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial;

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre os valores de contas a receber vinculados ao Dólar:



Notas Explicativas



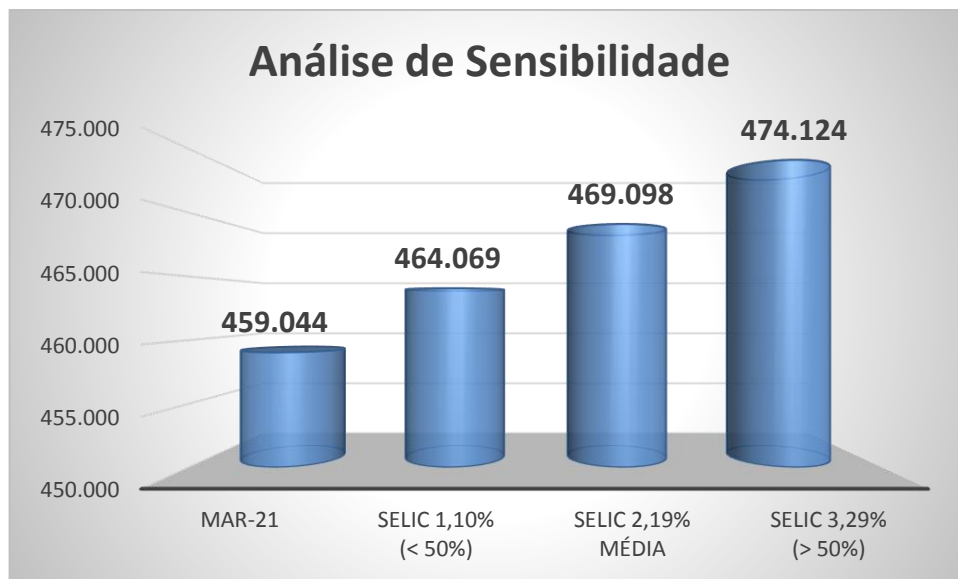
O critério adotado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração o saldo de contas a receber em aberto, contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 31 de março de 2021, considerando um aumento de 50 %, ou uma redução de 50% desta taxa cambial, quais valores sensibilizariam os ativos da Companhia vinculados ao Dólar.

d) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias:

	31/03/21	Selic		
		(> 50%)	Média	(< 50%)
		1,10%	2,19%	3,29%
INSS a recolher	250.958	253.706	256.454	259.202
FGTS a recolher	3.396	3.433	3.470	3.508
IRRF a recolher	124	125	127	128
IRPJ a recolher	102.842	103.968	105.094	106.220
CSLL a recolher	36.925	37.329	37.734	38.138
COFINS a recolher	46.444	46.953	47.461	47.970
PIS a recolher	9.906	10.014	10.123	10.231
Impostos retidos	25	25	26	26
ICMS a recolher	3.824	3.866	3.908	3.950
Outros	4.600	4.650	4.701	4.751
Total	459.044	464.069	469.098	474.124

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a média dos últimos doze meses da taxa Selic, assim como as projeções realizadas nesta mesma taxa considerando um aumento de 50 %, bem como uma simulação de redução de 50% desta taxa.



Notas Explicativas**20 - Receita**

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada:

	31/03/2021			31/03/2020		
	Mercado	Mercado	Total	Mercado	Mercado	Total
	Interno	Externo		Interno	Externo	
Receita bruta de produtos e serviços	57.631	21.298	78.929	50.758	16.213	66.971
(-) Impostos	(5.203)	-	(5.203)	(3.990)	-	(3.990)
(-) Devoluções	(46)	-	(46)	(67)	-	(67)
Receita líquida de produtos e serviços	52.382	21.298	73.680	46.701	16.213	62.914

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas na NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente.

21 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
Salários	-	-	15.918	14.599
Matérias primas	-	-	9.667	7.578
Encargos sociais	-	-	3.979	3.705
Energia elétrica	-	-	4.064	3.593
Manutenção Industrial	-	-	2.855	2.395
Benefícios a empregados	-	-	3.274	2.635
Depreciações	-	-	1.433	1.325
Férias e 13º salário	-	-	2.985	2.553
Serviço de terceiros	-	-	2.221	1.659
Materiais de embalagem	-	-	5.540	1.063
Combustíveis e lubrificantes	-	-	400	414
Locações/Aluguéis	-	-	613	508
Indenizações trabalhistas	-	-	8	22
Equipamento de proteção	-	-	867	365
Taxas e encargos legais	-	-	145	151
Análises laboratoriais	-	-	301	313
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	213	164
Outros gastos	-	-	455	315
Total	-	-	54.938	43.357

22 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
Salários	30	37	906	805
Serviço de terceiros	38	22	623	697
Encargos sociais	6	7	185	164
Benefícios a empregados	-	-	253	170
Depreciações	-	-	84	77
Férias e 13º salário	-	-	190	133
Manutenção predial	-	-	41	45
Viagens e estadias	3	2	9	12
Taxas e encargos legais	25	19	64	47
Telefonia	-	-	12	17
Publicidade e propaganda	35	55	36	57
Energia elétrica	-	-	30	26
Outros gastos	3	4	114	158
Total	140	146	2.547	2.408

23 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	2.216	1.879
Custos aduaneiros	-	-	517	309
Salários	-	-	124	127
Serviço de terceiros	-	-	95	88
Publicidade e propaganda	-	-	104	99
Comissões sobre vendas	-	-	200	114
Provisões para perda	-	-	1.553	(498)
Encargos sociais	-	-	25	26
Telefonia	-	-	20	15
Análises laboratoriais	-	-	4	15
Férias e 13º salário	-	-	27	26
Benefícios a empregados	-	-	15	12
Combustíveis e lubrificantes	-	-	3	4
Viagens e estadias	-	-	1	6
Depreciações	-	-	2	2
Outros gastos	-	-	35	53
Total	-	-	4.941	2.277

24 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
Recomposição de débitos fiscais	-	-	535	20
Provisão para contingências	49	21	2.180	1.037
Custo na alienação de ativos	-	-	6	3
Despesas gerais	-	-	334	207
Total	49	21	3.055	1.267

25 - Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
Créditos tributários	-	-	71	73
Receitas gerais	-	362	921	923
Total	-	362	992	996

26 - Despesas financeiras

As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
Juros de atualização de dívidas tributárias	1	2	1.000	2.449
Juros de operações com partes relacionadas	1.059	688	2.168	2.259
Pis/Cofins s/receita financeira	-	-	3	33
Despesas decorrentes de títulos descontados	-	-	43	18
Descontos financeiros concedidos	-	-	126	105
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	5	57
Variações cambiais passivas	-	-	715	-
Encargos legais	-	-	26	-
Total	1.060	690	4.086	4.921

27 - Receitas Financeiras

As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
Variações cambiais ativas (a)	-	-	4.563	7.225
Descontos financeiros obtidos	-	-	13	7
Outras receitas financeiras	-	-	6	9
Total	-	-	4.582	7.241

Notas Explicativas



28 - Informações por segmento

A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;

b) Serviços de Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

Notas Explicativas



	Industrializados		Serviços de Frigorífico, Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receita bruta	40.047	28.254	38.882	38.717	-	-	78.929	66.971
Impostos e devoluções	(4.765)	(3.644)	(484)	(413)	-	-	(5.249)	(4.057)
Receita líquida	35.282	24.610	38.398	38.304	-	-	73.680	62.914
Custos	(22.327)	(15.430)	(32.612)	(27.927)	-	-	(54.938)	(43.357)
Lucro bruto	12.955	9.180	5.786	10.377	-	-	18.742	19.557
Despesas administrativas	-	-	-	-	(2.547)	(2.408)	(2.547)	(2.408)
Despesas com vendas	(4.941)	(2.277)	-	-	-	-	(4.941)	(2.277)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(3.055)	(1.267)	(3.055)	(1.267)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	992	996	992	996
Resultado antes dos efeitos financeiros	8.014	6.903	5.786	10.377	(4.610)	(2.679)	9.191	14.601
Despesas financeiras	-	-	-	-	(4.086)	(4.921)	(4.086)	(4.921)
Receitas financeiras	-	-	-	-	4.582	7.241	4.582	7.241
Resultado antes dos tributos	8.014	6.903	5.786	10.377	(4.114)	(359)	9.687	16.921
CSLL e IRPJ Diferido	-	-	-	-	70	-	70	-
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	(2.177)	-	(2.177)	-
Resultado líquido do exercício	8.014	6.903	5.786	10.377	(6.221)	(359)	7.580	16.921
Atribuído a acionistas não controladores							10	17
Atribuído a acionistas controladores							7.570	16.904

Notas Explicativas**29 - Resultado por ação**

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

	31/03/21	31/03/20
Quantidade de ações	7.100	7.100
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (consolidado)	7.580	16.921
Resultado diluído por ação	1,06759	2,38321

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

30 - Outras informações

As controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A., assim como a controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, em assembleia geral ordinária realizada em 30 de abril de 2021, elegeram: Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora presidente, Sra. Marcia Macedo Meireles como diretora, e Sr. Tiago Silveira do Pinho como diretor, ambos com mandato de 1 ano.

Em assembleia geral ordinária realizada em 14 de junho de 2021, a Companhia elegeu seu conselho de administração, com mandato de 1 ano, composto por: Sr. Massao Fábio Oya, Sra. Livia Toshie Suguita Chao, Sra. Chao En Hung, Sra. Cynthia Christina da Silva Vello, Srta. Carina Suguita Chao e Sra. Margareth Schacht Herrmann, também instaurou o Conselho Fiscal, com mandato de 1 ano, composto por: Sr. Samuel Heydt, Sr. Celso Cândido Filho e Sra. Maria Elvira Lopes Gimenez como seus conselheiros e seus respectivos suplentes.

No dia 18 de julho de 2021 foi realizada a primeira reunião do novo conselho de administração, o qual nomeou os membros para diretoria executiva estatutária da Minupar Participações S.A., com mandato de 1 ano, composto por: Tiago Silveira do Pinho, como diretor presidente, Marcia Macedo Meireles, como Diretora de Relação com Investidores e Chao En Hung como diretora.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Conselho e Acionistas da
MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.
Lajeado / RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

1. Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamento

Conforme divulgado na nota explicativa nº 13, a Companhia e sua controlada indireta, possuem parcelamentos de débitos fiscais previstos na Lei 12.996/14 (Refis da Copa) e reabertura do parcelamento da Lei 11.941/09 (Refis da Crise), Lei 13.496/17 (PERT) e parcelamentos ordinários na controlada indireta, esses valores que se encontravam no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, como da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, os quais possuem saldo remanescente R\$ 41.895 mil consolidado em 31 de março de 2021. A manutenção nos parcelamentos requer que os pagamentos sejam feitos respeitando as condições previstas em cada um dos parcelamentos, o não cumprimento das obrigações previstas resulta em uma possível exclusão da Companhia e sua controlada indireta dos parcelamentos tributários os quais implicaria em uma exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas. A liquidação destes parcelamentos depende dos pagamentos a serem realizados nos próximos exercícios nos prazos pactuados, sendo assim, não podemos afirmar neste momento que o saldo líquido apresentado nas demonstrações contábeis será liquidado pelos totais divulgados. Em caso das obrigações assumidas com os órgãos federais, não sejam honradas, as dívidas poderão ser recompostas, acrescidas de juros e multa definidos na obrigação original. Desta forma a regularização da dívida tributária da companhia e sua controlada indireta dependerá das medidas que estão sendo desenvolvidas pelos seus Administradores, com intuito de aumentar a geração de caixa, de forma que os parcelamentos sejam honrados nos prazos pactuados e os demais passivos tributários em atraso conforme nota explicativa nº 12 que totalizam o montante de R\$ 459.044 apresentadas pela Companhia em conformidade com os demonstrativos disponibilizados pelos órgãos federais sejam incluídos em outros parcelamentos. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2. Continuidade operacional

Chamamos a atenção para as informações divulgadas na nota explicativa nº 01 e para o fato de que a Companhia mesmo que no período de três meses tenha incorrido em lucro consolidado de R\$ 6.790 mil possui passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de R\$ 369.717 mil em 31 de março de 2021, possui endividamento tributário no montante de R\$ 41.895 mil e R\$ 459.044 mil, conforme descrito nas notas explicativas nº 12 e 13. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos,

geração de caixa operacional e no sucesso do programa de saneamento implementado, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/2014, Lei nº 11.491/2009, parcelamentos ordinários na controlada indireta e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. Em dezembro de 2019 a Companhia Minuano de Alimentos renovou, por prazo determinado, o contrato de prestação de serviço de abates de aves que mantém junto à outra empresa do ramo, bem como continuam os esforços para controle de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização dos resultados da Companhia e suas controladas. Devido a declaração efetuado em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”) sobre o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia não é possível assegurar que o programa de saneamento implementado não será impactado neste exercício. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso dessas medidas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos saldos anteriores

As demonstrações contábeis e informações trimestrais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período de três meses findo em 31 de março de 2020, respectivamente, foram auditadas e revisadas por nós, as quais emitimos relatório dos auditores independentes datados de 30 de março de 2021 e 30 de junho de 2020, respectivamente, sem modificação de opinião e contendo parágrafo de Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e ênfase sobre a aprovação das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e parágrafos de ênfase sobre Provisão para crédito prêmio IPI, Passivos tributários parcelados e Continuidade operacional para o período de três meses findo em 31 de março de 2020. Adicionalmente na opinião relacionada ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, continha como principais assuntos de auditoria “PAA” sobre os assuntos relacionados a (1) Valor recuperável (Impairment) de outros ativos, propriedade para investimentos, imobilizado e intangível de vida útil indefinida, (2) Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamentos, (3) Obrigações tributárias não parceladas, e (4) Provisões e passivos contingentes – cíveis fiscais e trabalhistas.

Porto Alegre, 23 de junho de 2021.

Sergio Laurimar Fioravanti
Contador – CRCRS nº 48.601
Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S
CRCRS nº 006706/O
CVM 12.360

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2021.

Para fins do disposto no Inciso VI do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de março de 2021.

Lajeado, 23 de junho de 2021.

Minupar Participações S.A.

Tiago Silveira do Pinho
Diretor Presidente

Marcia Macedo Meireles
Diretor de Relações com Investidores

Chao En Hung
Diretora

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
DE 31 DE MARÇO DE 2021.

Para fins do disposto no Inciso V do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S., relativos às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de março de 2021.

Lajeado, 23 de junho de 2021.

Minupar Participações S.A.

Tiago Silveira do Pinho
Diretor Presidente

Marcia Macedo Meireles
Diretor de Relações com Investidores

Chao En Hung
Diretora